

Governo faz ouvidos de mercador aos empresários

Apoios ao tecido empresarial inscritos no OE para 2022 sabem a pouco e não respondem às necessidades e anseios dos empresários

Se pensionistas, funcionários públicos, jovens e famílias podem regozijar-se com muitas das medidas do OE2022, os empresários nem por isso. Na equação do deve e do haver, o tecido empresarial tem poucas razões para sorrir. Desde logo porque o Executivo de António Costa volta a não fazer qualquer mexida na taxa de IRC nem na derrama estadual.

Os empresários defendem que as descidas das taxas de IRC potenciam o crescimento económico, a criação de emprego e a atracção de investimento. Foi nesse sentido que, em 2013, a Comissão de Reforma do IRC sugeria uma redução progressiva da taxa do imposto, colocando como meta uma taxa de 19% no prazo de cinco anos. Actualmente, a taxa normal do IRC é de 21%, à qual acresce, na maioria dos concelhos, a derrama municipal à taxa máxima de 1,5% - as pequenas e médias empresas beneficiam de uma taxa reduzida de 17% sobre os primeiros 25 mil euros de matéria colectável, aplicando-se a taxa normal de 21% ao excedente. "Portugal tem a taxa marginal de IRC mais elevada entre os países da OCDE, em simultâneo com França", lembrou Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), na conferência do Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCNP), a 15 de Setembro, que contou com a apresentação de um pacote de 20 propostas que os patrões gostariam de ver espelhadas no OE de 2022.

Entre as medidas reivindicadas pelos empresários que foram incluídas no Orçamento do próximo ano está a extinção do paga-

mento especial por conta e a simplificação no pagamento em prestações de dívidas tributárias (de IVA, IMT, IUC) e das retenções de IRS e IRC.

Entre as 20 propostas apresentadas pelas cinco confederações patronais do CNCNP, apenas cinco tiveram eco no seio do Governo. É o caso do reforço das medidas de capitalização das empresas através da introdução do incentivo fiscal à recuperação (IFR), que prevê um crédito fiscal criado para as despesas de investimento realizadas durante o primeiro semestre de 2022, permitindo-se a dedução à colecta de IRC até 25% das novas despesas de investimento. O Governo estima que esta medida tenha um impacto negativo de 150 milhões de euros (0,1% do PIB) nas receitas do Estado.

Apoio às empresas via PRR

João Leão refere que a proposta de Orçamento para o próximo ano teve o cuidado de "não deixar ninguém para trás", inclusive as empresas. É nesse sentido que, por exemplo, justifica o investimento de 250 milhões de euros na capitalização do Banco Português de Fomento para apoiar a capitalização e resiliência financeira das empresas; assim como é configurada uma dotação de até mil

Das 20 propostas apresentadas pelas cinco confederações patronais, apenas cinco tiveram eco no seio do Governo e foram tidas em conta na elaboração do OE do próximo ano

milhões de euros de garantias públicas da linha Retomar, para incentivar a reestruturação e o refinanciamento dos créditos em moratórias ou a concessão de liquidez adicional às empresas.

Apesar destas medidas, os empresários classificam como parco o apoio que o OE2022 confere às empresas, em comparação com o que é apresentado às famílias. "As empresas esperavam e tinham expectativas diferentes para este OE, que não vieram a verificar-se, o que pode gerar algum desalento", referiu Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas, na conferência digital "Perspectiva macro", reforçando a ideia de a proposta de Orçamento do Governo para o próximo ano ser "muito

virada" para o IRS, as famílias e a acção social, e "pouco virada" para as empresas.

João Leão, ministro das Finanças, defende-se referindo o impacto dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência no tecido empresarial nos próximos anos, destacando, por exemplo, os 900 milhões de euros de incentivos e subsídios às empresas para a inovação (360 milhões), descarbonização da indústria (182 milhões), digitalização (152 milhões) e qualificações de competências de recursos humanos (130 milhões).

A certeza que o tecido empresarial retira da proposta do Governo é que dificilmente terá qualquer ajuda na mitigação dos custos de contexto, nomeadamente no que concerne ao controlo dos custos de energia, que dispararam nos últimos meses. Isto fica claro com o aumento de 30% do orçamento da área do ambiente para mais de 3,8 mil milhões de euros, em que pontifica o fundo ambiental que duplica as verbas para 2022 para quase mil milhões de euros, à boleia das licenças de emissões de CO₂. Nas contas das empresas, isto irá traduzir-se num aumento da factura energética e em mais dores de cabeça na sua tesouraria, sobretudo se o preço da electricidade continuar a aumentar. L.L.

refere que "no que respeita às famílias, se no final das contas aquelas irão ou não ter maior rendimento no final do ano irá depender de uma conjugação de vários factores: escalão de rendimento em que passam a ficar abrangidas, se têm ou não filhos, se têm ou não rendimentos que passem a ser obrigatoriamente englobáveis e, acima de tudo, se, em função dos seus hábitos de consumo, os aumentos da tributação indirecta irão absorver de alguma maneira o nível da tributação directa".

Empresários portugueses defendem descida do IRC e lamentam não serem ouvidos pelo Governo

